

REFLEXÕES SOBRE A POBREZA BRASILEIRA

NELSON A. BONASSI

Como introdução destas reflexões, parece-nos oportuno relembrar alguns tópicos da conferência pronunciada pelo Dr. Octavio Rivero Serrano, na abertura do IV Simpósio Internacional de Filosofia, promovido pelo Instituto de Investigações filosóficas da UNAM de Coyoacán, México (FILOSÓFICAS, Boletim Informativo del Instituto de Investigaciones Filosóficas/UNAM, Vol. IV, n.3, set. 1983, Coyoacán, México).

O Reitor mexicano afirma que a filosofia é essencialmente reflexão: reflexão sobre o pensamento, para verificar até que ponto é certa e fundada a afirmação de nossa vida individual ou coletiva; reflexão sobre os conceitos da ciência, sobre a realidade daquilo que somos, como pessoas e como sociedade; reflexão sobre a mesma sociedade, sobre as instituições, sobre os valores, sobre os princípios e as normas que regem a sociedade. A reflexão filosófica sobre o momento atual deve se estender também às causas que levaram a sociedade a uma crise, como também ao modo de superá-la, o que certamente leva a refletir sobre a identidade nacional. E é neste aspecto que se abre um vasto campo de ação para a filosofia que deve refletir-se sobre a nação, como povo, como membros de uma conflitiva sociedade contemporânea.

Refletir sobre as instituições, sobre a tradição cultural, sobre o progresso e a forma de superar o subdesenvolvimento, são temas com os quais a filosofia deve se ocupar. A reflexão filosófica deve contribuir de maneira significativa para a vitalidade da cultura nacional, das instituições sociais, valorizando a ciência, a técnica, a organização social, política e econômica do país, de tal maneira que se consolide o projeto como nação.

É papel da filosofia "pensar e atuar". Pensar para atuar bem. Analisar o passado, o momento presente e suas circunstâncias, o futuro que nos aguarda. Analisar para reconhecer, pa-

ra planejar.

Respeitando outras conceituações, que direcionam a filosofia para outros caminhos, concordamos com a posição defendida pelo Professor Octavio Rivero Serrano. E, saltando, pois, do México para o Brasil, onde se verifica a existência de uma crise semelhante, pode-se igualmente perguntar: Quais são as reais causas da crise por que passamos? As soluções apontadas, através da história, foram adequadas a nossa identidade geográfica, racial? A organização social visou ao bem-estar e à promoção de todos?

Apontadas as causas, é preciso se perguntar: por onde a nação deve andar? O que nos aguarda no futuro?

Acreditamos que a filosofia tem muito a oferecer, partindo da análise da nossa realidade concreta. Os dados estatísticos podem servir de ponto de partida para analisar a situação social, sem, com isto, significar uma sociologização da filosofia. É nessa direção que pretendemos prosseguir com nossas reflexões.

Utilizamos como base das presentes reflexões os dados estatísticos do "Mercado Brasileiro de Comunicação", compilado pela Secretaria da Presidência da República, fornecidos pelo IBGE (BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Mercado Brasileiro de Comunicação**. Brasília, 2.ed.1983).

Evidentemente, tivemos a liberdade de utilizar alguns quadros apenas, trabalhando sobre eles com dados percentuais e tecendo algumas considerações comparativas, com a finalidade de embasar as reflexões posteriores.

O trabalho divide-se, pois, em duas partes:

1ª parte: trata dos dados estatísticos, em que se procura demonstrar que o Brasil, socialmente, é um país pobre o subdesenvolvido, pois a maioria da população está situada numa faixa de verdadeira pobreza, senão de miséria. Como causa principal da pobreza social, julgamos que cabe ao governo a maior responsabilidade, já que, no transcurso da história, não fomentou uma política de bem comum.

2ª parte: refletimos sobre a necessidade fundamental de um projeto político, que tenha como meta a promoção do bem comum para a população brasileira. Questionamos, então, a implantação desse projeto, concluindo que há necessidade de um governo justo forte, já que as forças estruturais não podem ser vencidas a não ser mediante o emprego da força democrática.

1ª PARTE

BRASIL: uma nação socialmente pobre

Uma maneira de radiografar a realidade social de uma nação é recorrer aos dados estatísticos. Estes são sombrios para o povo brasileiro. Evidentemente, por motivo de brevidade, utilizamos apenas alguns quadros estatísticos, suficientes para mostrar a realidade social brasileira. Tomamos a liberdade de selecionar apenas aqueles dados mais palpitantes, que por si demonstram o desnível social existente, relevando que o povo brasileiro, na sua maior parte, é um povo pobre, apesar da riqueza natural de sua terra.

QUADRO I

POPULAÇÃO PRESENTE SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO: 1872-1980

| ESPECIFICAÇÃO | 1872 | 1890 | 1900 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|--|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Total da População | 9.930.478 | 14.333.915 | 17.438.434 | 38.635.605 | 41.236.315 | 51.944.397 | 70.191.370 | 93.139.037 | 119.070.865 |
| População com menos de 15 anos | 3.491.772 | 5.900.275 | 7.606.323 | 13.078.323 | 17.526.546 | 21.694.974 | 29.912.768 | 39.130.433 | 44.470.580 |
| Sabem ler e escrever* | 1.564.481 | 2.120.559 | 3.380.451 | 6.155.567 | 10.379.990 | 14.916.779 | 24.259.284 | 35.586.771 | 55.146.869 |
| Não sabem ler e escrever* | 8.365.997 | 12.213.356 | 6.348.869 | 11.401.715 | 13.269.381 | 15.272.632 | 15.964.852 | 18.146.977 | 19.356.092 |
| Porcentagem dos que sabem ler e escrever | 15,7% | 14,7% | 19,3% | 24% | 43,77% | 49,3% | 60,2% | 65,8% | 73,9% |
| Porcentagem dos que não sabem ler e escrever | 84,3% | 85,3% | 80,7% | 76% | 56,3% | 50,7% | 39,8% | 34,2% | 21,1% |

FONTE: IBCE. Diretoria Técnica, Departamento de Censo Demográfico.

+ 15 Pessoas de 15 anos e mais. Os dados de 1872 e 1890 referem-se às pessoas de todas as idades.

QUADRO II

POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS DE MAIS DE IDADE; POR CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO E OS GRUPOS DE IDADE: 1970-1980.

| | POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS E MAIS DE IDADE | | | | | |
|-------------|---|------------|------------|-------------|------------|------------|
| | 1970 | | | 1980 | | |
| | Total | Alfab. | N/Alfab. | Total | Alfb. | N/Alfab. |
| Total | 78.481.882 | 47.810.292 | 30.671.590 | 102.421.730 | 70.387.991 | 31.600.668 |
| Percentagem | | 60,9% | 39,1% | | 68,7% | 31,3% |

FONTE: IBCE. Diretoria Técnica, Departamento de Censo Demográfico.

CONSIDERAÇÕES

1. O Brasil ainda possui um elevado índice de analfabetos. Contando apenas os maiores de 15 anos de idade, em 1980, havia 26,1% (19.356.092) de analfabetos. Se acrescermos os menores os menores de 15 anos, que não estavam sendo alfabetizados, o índice crescerá muito mais, passando para 31,3%.
2. Ora, sabe-se que muitos mal sabem ler. Na prática, equiparam-se aos analfabetos, aumentando ainda mais o índice indicador da situação péssima do ensino, sem falar na educação propriamente dita.
3. Comparando-se os censos (quadro I) de 1872 a 1980, nota-se um contínuo crescimento no índice de alfabetização, com exceção do censo de 1890, em que houve decréscimo.

QUADRO III

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA ÁREA URBANA E RURAL EM 1980

| TOTAL DA POPULAÇÃO | POPULAÇÃO URBANA | POPULAÇÃO RURAL |
|--------------------|------------------|-----------------|
| 119.098.992 | 80.479.448 | 38.619.544 |
| 100% | 67,5% | 32,5% |

FONTE: IBGE. Diretoria Técnica, Departamento de Censo Demográfico.

QUADRO IV

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS: ESTIMATIVA 1983

| | | |
|---------------------|-------------|------|
| - População total: | 128.600.000 | 100% |
| - População urbana: | 87.100.000 | 68% |
| - População rural: | 41.500.000 | 32% |

FONTE: CENSO 1980.

CONSIDERAÇÕES

1. São (em 1980) 38.619.544 pessoas que moram na zona rural (32,5% da população). Desses, apenas 13.109.415 são pessoas economicamente ativas (quadro V), que se dedicam à produção de alimentos, ou seja, 11% do total da população brasileira. Portanto, são 11% que produzem alimentos para todos os 89% restantes da população.
2. Comparando-se o censo de 1980 com a estimativa para 1983, verifica-se a continuidade do êxodo rural, já que em 1980 a população rural era de 32,5%, enquanto em 1983 a estimativa era de 32%.

POPULAÇÃO RESIDENTE, DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE: 1940-1980

| SETOR DE ATIVIDADE | 1940 | % | 1950 | % | 1960 | % | 1970 | % | 1980 | % |
|---------------------------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|
| Total | 29.037.849 | | 36.557.990 | | 48.828.654 | | 65.862.119 | | 88.149.948 | |
| Economicamente ativa | 14.758.558 | 50,8 | 17.117.362 | 46,8 | 22.750.028 | 46,5 | 29.557.224 | 44,2 | 43.796.763 | 49,6 |
| Ativ. agrop. e pesca | 9.723.344 | 33,4 | 10.252.839 | 28,0 | 12.276.908 | 25,1 | 13.087.521 | 19,8 | 13.109.415 | 14,8 |
| Indústria e transformação | 1.099.509 | 3,7 | 1.608.309 | 4,3 | 1.954.187 | 4,0 | 3.241.861 | 4,9 | 6.858.598 | 7,7 |
| Outras ativ. industriais | 172.976 | 0,5 | 234.411 | 0,6 | 204.608 | 0,4 | 333.852 | 0,5 | 665.285 | 0,7 |
| Comércio de mercadorias | 689.438 | 2,3 | 943.290 | 2,5 | 1.478.270 | 3,0 | 2.247.493 | 3,4 | 4.111.307 | 4,6 |
| Transporte e comunicações | 466.226 | 1,6 | 637.943 | 1,7 | 977.345 | 2,0 | 1.167.866 | 1,7 | 1.815.541 | 2,0 |
| Prestação de serviços | 1.548.769 | 5,3 | 1.781.041 | 4,8 | 3.028.933 | 6,2 | 3.925.001 | 5,9 | 7.089.709 | 8,0 |
| Atividades sociais | 234.215 | 0,8 | 398.673 | 1,0 | 755.043 | 1,5 | 1.531.563 | 2,3 | 3.044.909 | 3,4 |
| Administração pública | 404.248 | 1,3 | 512.644 | 1,4 | 712.904 | 1,4 | 1.152.341 | 1,7 | 1.812.152 | 2,0 |
| Outras atividades | 157.173 | 0,5 | 163.568 | 0,4 | 580.283 | 1,1 | 1.150.012 | 1,7 | 2.138.753 | 2,4 |
| Não economicamente ativa | 14.279.251 | 49,1 | 19.440.628 | 53,0 | 26.078.626 | 53,4 | 36.304.895 | 55,1 | 44.353.185 | 50,3 |

FONTES: IBGE. Diretoria Técnica, Departamento de Censo Demográfico.

CONSIDERAÇÕES

1. A população economicamente ativa diminui progressivamente nos censos de 1940 a 1970. Aumentou, porém, em 1980.
2. As atividades agropecuárias diminuíram constantemente: 33,4%, 28%, 25,1%, 19,8%, 14,8%.
3. Cresceram progressivamente a indústria de transformação, o comércio de mercadorias, as atividades sociais, a administração pública e outras atividades.
4. As outras atividades cresceram, de modo geral, com pequenas oscilações.
5. A população não economicamente ativa cresceu nos censos de 1940 a 1970. Diminui em 1980.

POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE; F VALOR MÉDIO MENSAL, POR SEXO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO F O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL: 1980.

| SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E RENDIMENTO MÉDIO MENSAL | POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE | % |
|---|--|------|
| TOTAL | 88.149.948 | |
| Até 1/2 salário mínimo | 7.710.534 | 8,7 |
| Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 10.570.316 | 11,9 |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 13.204.513 | 14,9 |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos | 5.539.320 | 6,2 |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos | 4.852.129 | 5,5 |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 1.384.700 | 1,5 |
| Mais de 20 salários mínimos | 659.440 | 0,7 |
| Sem rendimento | 40.746.017 | 46,2 |
| Sem declaração | 237.644 | 0,2 |
| URBANA | 61.125.052 | |
| Até 1/2 salário mínimo | 4.215.382 | 6,7 |
| Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 6.467.647 | 10,5 |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 10.152.748 | 16,6 |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos | 4.754.282 | 7,7 |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos | 4.330.886 | 7,0 |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 3.011.174 | 4,9 |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 1.304.631 | 2,1 |
| Mais de 20 salários mínimos | 616.441 | 1,0 |
| Sem rendimento | 26.091.985 | 42,6 |
| Sem declaração | 179.876 | 0,2 |
| RURAL | 27.024.896 | |
| Até 1/2 salário mínimo | 3.495.152 | 12,9 |
| Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 4.102.669 | 15,1 |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 3.051.765 | 11,2 |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos | 785.038 | 2,9 |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos | 521.243 | 1,9 |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 234.161 | 0,8 |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 80.069 | 0,2 |
| Mais de 20 salários mínimos | 42.999 | 0,1 |
| Sem rendimento | 14.654.032 | 54,2 |
| Sem declaração | 57.768 | 0,2 |

FONTE: IBGE. Diretoria Técnica, Departamento de Censo Demográfico.

CONSIDERAÇÕES

1. O País possui 47.166.287 pessoas que recebem rendimentos em 1980, representando 39,6% do total da população.
2. O poder aquisitivo do povo, na zona rural, em termos de rendimento mensal, é menor do que na cidade.

| | ZONA URBANA % | ZONA RURAL % |
|----------------------------------|------------------|-----------------|
| Até 1/2 salário mínimo | 6,7 | 12,9 |
| Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 10,5 | 15,1 |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 16,6 | 11,2 |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos | 7,7 | 2,9 |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos | 7,0 | 1,9 |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 4,9 | 0,8 |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 2,1 | 0,2 |
| Mais de 20 salários mínimos | 1,0 | 0,1 |
| Sem rendimento | 46,2 | 42,6 |
| Sem declaração | 0,2 | 0,2 |

Comparando-se os dois quadros percentuais, constata-se que a situação de rendimento das pessoas que moram na zona rural é pior do que as que moram na zona urbana, já que na zona rural a maior concentração se verifica naqueles que ganham até 1 salário mínimo mensal, ou seja 28%.

Isto, porém, não significa, por si, que o nível de vida seja pior no meio rural, já que, em grande parte, é nele que a alimentação é produzida.

QUADRO VII

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SECUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL
1970-1980

| GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL | DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA | | | | | |
|----------------------------------|--|-----------|------------------|------------|-----------|------------------|
| | 1970 | | | 1980 | | |
| | POPULAÇÃO | RELA-TIVA | % DO RENDI-MENTO | POPULAÇÃO | RELA-TIVA | % DO RENDI-MENTO |
| Até 1/2 salário mínimo | 7.366.000 | 28,4 | 5,7 | 5.958.000 | 12,5 | 1,4 |
| Até 1/2 e 1 salário mínimo | 8.363.000 | 32,2 | 15,9 | 8.392.000 | 20,8 | 5,7 |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 5.632.000 | 21,7 | 19,6 | 12.528.000 | 31,1 | 15,2 |
| Mais de 2 a 5 salários mínimos | 3.299.000 | 12,7 | 24,7 | 9.526.000 | 23,6 | 25,7 |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 864.000 | 3,3 | 14,6 | 2.920.000 | 7,2 | 17,7 |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 354.000 | 1,3 | 11,8 | 1.286.000 | 3,2 | 15,2 |
| Mais de 20 salários mínimos | 102.000 | 0,4 | 7,7 | 630.000 | 1,6 | 19,1 |
| TOTAL | 25.980.000 | 100 | 100 | 40.340.000 | 100 | 100 |

FONTE: IEGE/80.

CONSIDERAÇÕES

1. Em 1980, a população brasileira economicamente ativa representava 33,8% da população brasileira (119.098.992).
2. As pessoas que ganhavam até 2 salários mínimos representavam 64,4% da população economicamente ativa, mas participavam do rendimento total com apenas 22,3%.
3. As pessoas que ganhavam mais de 20 salários mínimos representavam apenas a percentagem de 1,6% da população economicamente ativa, mas detinham uma percentagem de 19,1 do rendimento

QUADRO VIII

PIRÂMIDE DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA; SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO
MENSAL: 1980

| | | |
|---------|-------|-----------------------------|
| Nível 1 | 1,6% | Mais de 20 salários mínimos |
| Nível 2 | 3,2% | de 10 a 20 salários mínimos |
| Nível 3 | 7,2% | de 5 a 10 salários mínimos |
| Nível 4 | 23,6% | de 2 a 5 salários mínimos |
| Nível 5 | 31,1% | de 1 a 2 salários mínimos |
| Nível 6 | 33,3% | Até 1 salário mínimo |

FONTE: IBGE - Censo/80.

CONSIDERAÇÕES

1. A maior faixa da população brasileira recebe menos de cinco salários mínimos, ou seja, 88%, enquanto os restantes 12% recebem mais do que cinco salários mínimos.
2. A maioria do povo brasileiro recebe menos do que dois salários, ou seja, 64,4%, enquanto os que recebem mais de 10 salários mínimos são apenas 4,8%.

QUADRO IX

EVOLUÇÃO DA RENDA "PER CAPITA": 1970 a 1980

| ANO | US\$ |
|------|---------|
| 1970 | 485,9 |
| 1971 | 545,1 |
| 1972 | 620,6 |
| 1973 | 801,4 |
| 1974 | 1.016,5 |
| 1975 | 1.158,8 |
| 1976 | 1.345,5 |
| 1977 | 1.449,5 |
| 1978 | 1.659,7 |
| 1979 | 1.796,2 |
| 1980 | 1.984,4 |

FONTE: Conjectura econômica: 1980/81.

CONSIDERAÇÕES

1. De 1970 à 1980, verifica-se uma acentuada evolução da renda "per capita". Essa evolução, porém, não significa que o nível da maioria do povo tenha melhorado, pois houve pouca evolução na participação relativa da população entre 1970 a 1980. Em 1970, as pessoas que ganhavam até 5 salários mínimos eram de 95%. Em 1980, passaram a 88% (Quadro VII).

Em 1970, as pessoas que ganhavam mais de 20 salários mínimos eram 0,4% e participavam do rendimento com 7,7%; Em 1980 passavam a 1,6% e detinham 19,1% do rendimento (Quadro VII).

DOMICÍLIOS PARTICULARES FM 1980

| TOTAL DE DOMICÍLIOS | 26.436.516 | % | 18.213.578 | % | 8.222.941 | % |
|------------------------------|------------|------|------------|------|-----------|------|
| Próprios | 16.155.358 | 61,1 | 10.930.675 | 60,0 | 5.224.683 | 63,5 |
| Alugados | 5.686.452 | 21,5 | 5.472.832 | 30,0 | 213.620 | 2,5 |
| Cedidos | 4.132.681 | 15,6 | 1.547.107 | 8,4 | 2.585.574 | 31,4 |
| Outra condição | 439.535 | 1,6 | 250.236 | 1,3 | 189.297 | 2,3 |
| Sem declaração | 22.490 | 0,08 | 12.723 | 0,06 | 9.767 | 0,1 |
| ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | | | |
| Rede geral | 14.073.041 | 53,2 | 13.810.934 | 75,8 | 262.107 | 3,1 |
| Poço ou nascente | 8.077.769 | 30,5 | 2.948.985 | 16,1 | 5.128.784 | 62,3 |
| Outra forma de abast. | 4.260.685 | 16,1 | 1.437.358 | 7,8 | 2.823.327 | 34,3 |
| Sem declaração | 25.021 | 0,08 | 16.298 | 0,08 | 8.723 | 0,1 |
| INSTALAÇÃO SANITÁRIA | | | | | | |
| Rede geral | 6.949.969 | 26,2 | 6.886.695 | 37,8 | 63.274 | 0,7 |
| Fossa séptica | 4.015.585 | 15,1 | 3.572.025 | 19,6 | 443.560 | 5,3 |
| Fossa rudimentar | 8.023.725 | 30,3 | 5.502.980 | 30,2 | 2.520.745 | 30,6 |
| Outro escoadouro | 1.123.139 | 4,2 | 713.145 | 3,9 | 418.994 | 5,0 |
| Não tem | 6.019.335 | 22,7 | 1.304.056 | 7,1 | 4.715.279 | 57,3 |
| Sem declaração | 295.763 | 1,1 | 234.674 | 1,2 | 61.089 | 0,7 |
| TEMPO DE RESIDÊNCIA | | | | | | |
| Menos de 1 ano | 5.163.264 | 19,5 | 3.875.197 | 21,2 | 1.288.067 | 15,6 |
| 1 ano | 2.711.718 | 10,2 | 1.984.794 | 10,8 | 726.924 | 8,8 |
| 2 anos | 2.526.864 | 9,5 | 1.797.786 | 9,8 | 729.078 | 8,8 |
| 3 a 6 anos | 5.891.328 | 22,2 | 4.133.674 | 22,6 | 1.757.654 | 21,3 |
| 7 a 10 anos | 3.422.493 | 12,9 | 2.352.120 | 12,9 | 1.070.373 | 1,3 |
| Iluminação elétrica | 17.817.363 | 67,3 | 16.124.904 | 88,5 | 1.692.459 | 20,5 |
| Geladeira | 20.027.948 | 75,7 | 14.435.219 | 79,2 | 5.592.729 | 68,0 |
| TV | 14.518.877 | 54,9 | 13.311.504 | 73,0 | 1.207.373 | 14,6 |
| Automóvel | 5.932.774 | 22,4 | 5.155.716 | 28,3 | 777.058 | 9,4 |

FONTE: IBGE de 1980 - Dados preliminares

CONSIDERAÇÕES

1. Em 1980, a percentagem dos domicílios próprios, num total de 26.436.516, era de 61,1%, enquanto os demais viviam de domicílios alugados ou em outras modalidades.
2. O fornecimento de água para os domicílios era de 53,2% com rede geral, enquanto os demais se serviam de poços ou de outras formas.
3. Apenas 26,2% dos domicílios eram ligados por rede geral de esgoto; 15,1% possuíam fossa séptica; 30,3% possuíam fossa rudimentar; 22,7% não possuíam qualquer espécie de instalação sanitária.
4. Há grande fluxo de mudanças de domicílio, sendo que 61,4% têm mudado de residência no espaço inferior a 7 anos; 19,5% mudam num tempo inferior a um ano.
5. 67,3% dos domicílios possuem instalação elétrica; 75,7% possuem geladeira; 54,9% possuem TV; 22,4% possuem automóvel.

RAZÕES DA POBREZA SOCIAL

1. A constatação de que o Brasil é um país subdesenvolvido leva a aceitar "causas" que não resistem à crítica. Dizer que o Brasil é subdesenvolvido, porque o seu povo representa uma raça diferente, é racismo puro e simples. Descarregar a culpa em cima da exploração das potências internacionais é aceitar uma explicação parcializada, que não representa a verdadeira causa de nosso empobrecimento e de nossa falta de perspectiva. O contexto internacional também não pode ser admitido como causa explicadora de nossa situação social difícil, pois dificuldades constituem uma constante na vida social em qualquer empreendimento. Compete à administração prever e superar os obstáculos que impedem a implantação dos objetivos traçados.

Como explicar o subdesenvolvimento brasileiro? Sem ser simplista, pode-se apontar uma causa fundamental, que parece ser a verdadeira. O Brasil é um país subdesenvolvido porque foi e é mal administrado. Deixando de lado o emocionalismo, constata-se, no correr da história, procedimentos administrativos que fundamentalmente em nada colaboraram para que a nação, como um todo, superasse a estagnação. Conseqüentemente, dentro da enorme extensão territorial, aos poucos, foram se formando categorias diversas de cidadãos. Uns poucos, com condições sociais elevadas, dignas das nações mais desenvolvidas, e muitos outros vivendo precariamente e até miseravelmente (Ver quadro I, VI, VIII, X).

2. Administração voltadas para minorias.

Por que surgiram estes dois Brasis, um de riqueza e outro da pobreza? Dois Brasis que subsistem de igual maneira nas regiões mais ricas, como nas mais pobres? Dois Brasis que vivem lado a lado, quer na operosa São Paulo, quer no árido sertão nordestino? Como julgar uma nação onde 64,4% de sua população recebe menos do que dois salários mínimos? (Ver quadro VIII).

A resposta a estas indagações só pode ser uma: administração pública irresponsável. No Brasil, a administração pública sempre esteve voltada para os interesses particulares, quer de pessoas, quer de grupos. Jamais houve uma real diretriz para so-

lucionar os problemas do povo brasileiro como um todo. As leis, as diretrizes os investimentos sempre foram direcionados para determinadas situações, que preferencialmente beneficiaram a pequenos grupos e sō, indiretamente, produziram algum efeito sobre a massa da populaçō.

Tudo isso foi realizado de uma maneira perfeitamente camuflada, diríamos, ideologicamente perfeita, pois sempre se falou nos altos interesses da nação brasileira. Os programas administrativos receberam um enfoque social, "nitidamente" comunitário, quando na verdade de comunitário nada tiveram. É bem verdade que, vez por outra, apareceu um ou outro programa que se destinou a essa ou àquela comunidade. Mas isto aconteceu de uma maneira totalmente divorciada do contexto geral da nação brasileira. Mesmo as leis trabalhistas que, em si, visariam a proteger a maioria do povo brasileiro, que é constituída por massa majoritariamente pobre, mais serviram para acalmar possíveis ebuliçōes sociais, do que propriamente para resolver a situaçō do povo. Caso contrário, como explicar a multidão de pobres e miseráveis que subsistem graças a UM VERDADEIRO "milagre brasileiro"? Poder-se-ia dizer o mesmo sobre o INAMPS e similares, sobre as diretrizes da educaçō em geral, sobre a política de emprego, programas agrícolas e outros. Sāo programas isolados, que mais se assemelham a panacéias, do que à soluçō reais.

3. Administraçō pública e bem comum.

A administraçō pública sō pode ter sentido quando voltada para o bem comum. Nāo se justifica nenhuma administraçō que nāo esteja voltada para o bem comum da populaçō. O termo "bem comum" também pode ter uma conotaçō ideolōgica e, por isso mesmo, pode ser manipulado conforme as circunstāncias e os interesses, fazendo-os passar por bem comum aquilo que nāo é, como de fato aconteceu no correr da histōria. Fundamentalmente, o que se entende por bem comum? Quais as suas característicās?

3.1. Bem comum:

Uma administraçō pública voltada para o bem comum significa uma administraçō que usa todo o complexo da vida pública para promover o bem da maioria da nação. Promover o bem da maioria da nação implica em caracterizar a administraçō por dire-

trizes e ações eficazes que, de fato, levem o povo a "ter o suficiente", para viver dignamente. É evidente que também a expressão "ter o suficiente" pode ser disvirtuada ideologicamente pois significa algo mais relativo. Quando se fala em "ter o suficiente" entende-se aquela quantidade de bens para o nível médio da população, dentro da realidade econômica e social. O que não se admite é uma redução desse nível médio em benefício de minorias, que possuem, em contrapartida, um nível elevado. Pergunta-se: a que preços foi conseguido esse nível superior de vida de uma minoria da nação? E a resposta só pode ser esta: ao preço do rebaixamento da condição econômica e social da maioria do povo. Se alguns têm muito mais do que o comum dos cidadãos, é por que está faltando a estes o que está sobrando àqueles. Ora, nenhum privilegiado vai admitir isto. Ninguém vai afirmar que tem o suficiente. Sempre está faltando algo a mais, que é preciso crescer. Concorde-se com a proposição de que o ser humano é incompleto, imperfeito, em busca constante de maior realização, sem jamais completá-la como um todo acabado. Mas não se pode admitir que essa busca incessante de alguns se faça em detrimento da maioria da população. O bem comum exige um "quid" médio, onde a riqueza e a carência sejam harmonicamente distribuídas entre a maioria da nação. Por isto mesmo, não se pode falar em bem comum igual para todas as nações do mundo. O nível de bem comum de um Brasil pobre é diferente do bem comum de uma Suíça bem organizada, como é diferente do bem comum de uma Biafra. O nível de bem comum da Suíça deve estar enquadrado dentro da situação geográfica econômica daquele país, assim como o bem comum da Biafra deve ser harmonizar dentro de seu próprio contexto. O mesmo se deve falar do Brasil. Isto, em absoluto, significa que o Brasil se estagne dentro de sua realidade, deixando-se sugar e explorar pelas nações mais poderosas. É aí que entra a capacidade administrativa dos governantes, que devem ter como fim prioritário o bem de sua população, não se deixando envolver por tramas internacionais, nem deixar-se dominar por grupos econômicos poderosos.

Certamente é difícil falar sobre a determinação do que representa ter o suficiente. Sendo o termo altamente relativo, os próprios indivíduos discordam entre si sobre o que é o suficiente. Contudo, pode-se estabelecer alguns parâmetros, os quais determinam se o povo de uma nação de fato tem o suficiente. Quais são esses parâmetros? Reduzindo-os ao mínimo, podemos indicar

alguns, como: condições de trabalho para todos, salário suficiente para morar, para se alimentar, para a saúde, para a educação e para o lazer. Fundamentalmente, os parâmetros para determinar o bem comum de uma nação são, pois, dois, a saber: o trabalho e o salário. É sobre esses dois parâmetros que é preciso tecer algumas considerações:

3.1.1. Trabalho:

O trabalho constitui o princípio da subsistência. Cada um deve viver com o seu trabalho. A organização do trabalho constitui, pois, um dos princípios fundamentais para se determinar se uma nação está sendo administrada adequadamente. Quando se nota um elevado número de desempregados, isto vem repercutir sobre o conceito que se faz da administração pública. Se uma administração pública é incapaz de providenciar trabalho para os membros da nação, significa que as diretrizes administrativas estão mal orientadas. Evidentemente, isto não pode ser atribuído simplesmente a este ou àquele governante isoladamente. Fala-se de todo processo administrativo, que se dilui através da história. Historicamente, os governantes brasileiros jamais se empenharam numa política realista de trabalho para o povo brasileiro. Nossa administração sempre se caracterizou pela improvisação, resolvendo este ou aquele caso isolado, instalando esta ou aquela indústria para empregar mão de obra, em constante expansão, dando alguns subsídios, quer para a agricultura, quer para a indústria ou para o comércio. A política adotada sempre visou a determinados grupos, nunca à população propriamente dita. Não basta criar empregos. É preciso criar condições para que o povo tenha o trabalho como um meio de vida digno, enquadrado na realidade geográfica da nação.

Conseqüentemente, a administração pública pode ser julgada pelo elevado número de desempregados que o Brasil possui. Foi incapaz de prever o futuro, quando uma característica do bom administrador é prever o dia de amanhã. Resolver apenas o momento presente é um atestado de incompetência do responsável pela coisa pública. Como explicar que milhões de pessoas não tenham onde trabalhar por um ínfimo salário, quando uma minoria possui dois, três ou mais empregos, ganhando polpudas comissões, ocu-

pando vagas que deveriam ser distribuídas eqüitativamente entre aqueles a quem falta trabalho? Esses super-dotados por diversos empregos, na maioria das vezes, não atendem a nenhum especificamente, pois nem condições têm para fazê-lo, sem se falar na possível incompetência para gerí-los.

O que se nota nas últimas décadas foi uma concentração demográfica nas zonas urbanas. O povo deixou a terra e foi se aninhar na cidade em busca de emprego, pois a terra não lhe fornecia garantias e, por outro lado, a cidade se lhe afigurava como um oásis de mil atrações, a garantia de um salário mensal, a opção pelos divertimentos e assistência social. Às cidades se inflaram, e os problemas se acumularam. Como atender, com a adequada infra-estrutura, ao crescimento urbano, quando repentinamente bairros inteiros se multiplicam nos subúrbios? Onde empregar toda essa mão de obra? Por outro lado, a administração pública resolveu o caso emergencialmente, protegendo a indústria e ao comércio, para que gerassem empregos. Mas como as condições para possuir a indústria e o comércio estão concentradas nas mãos de uns poucos que, por isso mesmo, já são privilegiados, recebendo o maior, o amparo e a proteção da administração pública, fazem com que o desnível social cresça cada vez mais. Além disso, o governo é incapaz de promover a industrialização em tão larga escala que possa atender a toda demanda de mão de obra que emigra para as cidades. E os donos do comércio e da indústria não têm como ampliar indefinidamente as suas instalações ou abrir novas filiais, pois isto viria a saturar o mercado e, por outro lado, com o baixo poder aquisitivo da classe operária, os artigos produzidos não seriam comercializados. Parece óbvio que o processo industrial deva estar condicionado ao poder aquisitivo da população. Como explicar, em termos de bem comum, a existência de uma indústria tão sofisticada, comparável, em alguns casos, a dos países ricos, aparelhada para produzir toda espécie de equipamentos, sem falar nos supêrfluos, enquanto a maioria da população não tem condições de adquirí-los? Logicamente, também a industrialização deve estar enquadrada dentro do plano administrativo, para promover o bem comum, enquanto, na realidade, constitui-se um meio para empregar mão de obra, na maioria das vezes a preços aviltantes.

O planejamento do trabalho para a nação brasileira deve se configurar, antes de tudo, dentro de sua realidade geográfica. Ora, o Brasil é uma nação territorialmente vasta, com uma terra fértil, em sua maior parte bem irrigada, com chuvas constantes, com exceção do Nordeste. Ora, o princípio fundamental de qualquer administração pública é se preocupar, acima de tudo, com a alimentação de sua população, em quantidade suficiente para que todos tenham as calorias necessárias para viver bem, ter saúde e desenvolver as suas potencialidades. É gritante constatar que em todos os recantos do Brasil, sem falar nas regiões áridas do Nordeste, boa parte da população é subnutrida, sem falar na alimentação básica das crianças, como, por exemplo, a falta de leite. Que se há de esperar do futuro cidadão, quando já nos braços maternos padece a necessidade fundamental de se alimentar suficientemente?

Uma boa administração pública deveria partir, em primeiro lugar, da própria vocação brasileira, que é a vida harmônica do homem com a terra. Jamais poderia existir para o brasileiro o problema da alimentação. As imensas glebas de terra que existem seriam mais do que suficientes para alimentar todos os brasileiros. E ainda sobraria muita coisa para colaborar com outras nações. Se o povo brasileiro se alimentasse bem, já se teria resolvido um grande problema básico. É claro que não basta estar apenas bem alimentado. O homem tem outras carências, cuja solução tentaremos questionar mais adiante.

Em contraste com a vocação brasileira de viver em harmonia com a sua terra, existem as grandes distorções sociais que vitimam o Brasil, como um todo. A nação brasileira possui uma imensa área territorial, que seria suficiente para que todos tivessem um pedaço de terra para cultivar. Essa área, contudo, é pessimamente distribuída. Grande parte da nossa população foi expoliada do direito de possuir a sua terra, para cultivá-la. Vivem como agregados, repartindo a produção com o proprietário da terra, ou se submetem à infra-humana condição de bôias-frias, trabalhando hoje aqui, amanhã acolá e depois de amanhã ficam sem trabalhar, porque a época da safra já terminou. Nesse quadro sombrio, pergunta-se: como justificar uma administração pública que, de fato, não soluciona esse problema? O homem brasileiro tem

ou não direito de possuir um pedaço de terra, que deseja cultivar? Já que pessoalmente não possui recursos para comprar uma determinada gleba, não pertence ao poder público providenciar meios para que o povo possua a terra que cultiva? O que é melhor: que um grande latifundiário empregue numerosas pessoas como assalariadas, ou que cada um desses assalariados possua o seu pedaço de terra e o cultive como seu? Talvez, tecnicamente, a produção global seria maior no primeiro caso, graças à exploração da mão-de-obra barata e de maiores recursos financeiros, que foram conseguidos em cima do homem trabalhador. Mas, humanamente, não há dúvida de que o segundo caso oferece melhores condições para uma vida feliz. Acresça-se a isto a existência de grandes glebas, que possuem proprietário e que permanecem improdutivas, porque não exploradas, enquanto milhões de pessoas desejariam cultivá-las. Daí, em parte, se explica o êxodo rural. A tentação da vida urbana é atraente demais para continuar vivendo num lugar em que não há perspectiva de melhoria. Mesmo os pequenos proprietários não recebem dos poderes públicos o tratamento equânime que é dispensado aos grandes proprietários. Estes, porque têm recursos, possuem linhas diretas de crédito, enquanto o pequeno proprietário, como não pode oferecer maiores garantias, dificilmente consegue crédito. Quando o consegue, é pequeno para atender as suas reais necessidades. Reafirmamos, pois, com ênfase, que a política administrativa traiu a vocação brasileira, que é viver em harmonia com a própria terra.

3.1.2. Salário:

Trabalhar, simplesmente para se ocupar, não tem sentido.

É fundamental que haja correspondência entre o trabalho e a remuneração correspondente. A vida agrícola, a que chamamos de vocação brasileira, deve se sobressair pelos seus atrativos remuneratórios. Uma administração, voltada para o bem comum, deveria oferecer garantias para que o agricultor pudesse viver bem. Por agricultor aqui se entende o pequeno agricultor, aquele que constitui a maioria na sua classe, que não necessita de empregados e que produz alimentos com o seu trabalho. Não tem sentido um agricultor ter empregados pelo menos na forma tradi-

cional de sub-empregos, pois desde que empregue alguém, já começa a exploração. E como os fracos sã adquirem forças na união dos mesmos, torna-se imprescindível uma organização em cooperativas ou sindicatos que, de fato, funcionem como veículos unificadores das energias agrícolas e que, ao mesmo tempo, defendem os interesses da classe trabalhadora rural. Os grandes empreendimentos agrícolas podem existir. Mas não acreditamos que sejam úteis ao bem comum, enquanto manifestações privadas de pujança de capital privado, pois, para que existam, necessitam de mão de obra assalariada. Numa sociedade estável, quanto menores forem os assalariados, mais estável se tornará a sociedade. Não se pode, porém, deixar de reconhecer que os grandes investimentos, efetuados de maneira comunitária e participativa, facilitam o desenvolvimento rural. Essas pequenas comunidades deveriam receber todo o amparo de uma política realmente desenvolvimentista por parte da administração pública, pois, se a produção for boa, há tranqüilidade, tanto para aqueles que produzem, como também para o restante da população urbana, que vive assalariada.

Infelizmente, porém, a vida agrícola tornou-se uma aventura. Não existe um planejamento seguro, nem garantia de se vender adequadamente o que se produziu. A lei do capitalismo selvagem faz com que os preços fltuem de acordo com a produção. Se a produção for grande, não há armazéns, silos, ou câmaras frias para uma regulagem de estoque e, conseqüentemente, os preços caem. Daí o agricultor perde todo o estímulo. Aos poucos, vem a tentação da cidade. Acha-se que é melhor a garantia de um salário mensal do que se expor ao imprevisto. Mas esses pobres colonos não avaliam adequadamente o que é viver numa cidade, onde tudo deve ser comprado, enquanto na vida agrícola quase tudo é produzido ao redor da casa. Quando o agricultor vendeu sua terra e se transferiu para um dos subúrbios da cidade, ele vai perceber que o sonho, outrora acalentado com tanto idealismo, tornou-se um terrível pesadelo, cujo fantasma aterrador é a falta de emprego. Aí começam as longas filas nas portas das fábricas, no comércio, nos concursos públicos, na esperança de conseguir alguma espécie de emprego. É então que ele se lembra dos tempos em que, malgrado tudo, a vida agrícola ainda apresentava atrativos, apesar das pragas, da seca, das chuvas e da inconstância

do comércio. Mas já é tarde para voltar.

Nessa desarmonia social, explicam-se os baixos salários que são pagos aos empregados! Onde, segundo o capitalismo selvagem, existe a super-oferta, a tendência é baixar os preços. Ora, o homem trabalhador também depende da oferta. Logo será avaliado pela sua quantidade. Quanto maior o número dos que procuram emprego, mais baixo deverá ser o índice de remuneração. O que faz a administração pública para solucionar estes gravíssimos problemas? Limita-se a estabelecer salários mínimos. Estimula a criação de novos ínfimos empregos, que não servem a ninguém, nem ao próprio governo, a não ser a uma minoria que continua a usufruir lucros incessantes. Até onde o investimento deve se estender, para criar empregos? É justa uma política de emprego que avilta o trabalhador pelo seu próprio salário? É suficiente empregar mal? É claro que não. A justiça exige que o governo providencie mecanismos para que os assalariados tenham o justo salário, sem privilégios de quem quer que seja.

É profundamente lastimável que a sucessão de governos, que comandaram a vida pública brasileira, tenha pactuado com este estado de coisas. Se não existem empregos, é porque alguns acumulam dois, três, ou mais empregos polpudos, a nenhum deles atendendo suficientemente, mas de todos recebendo muito bem, enquanto muitos lutam para conseguir um lugar para trabalhar. Cada um deve receber o suficiente para viver bem com o emprego que tem. Quando alguém acumula emprego, ocorre: ou ganha muito pouco, ou está ganhando mais do que precisa, em detrimento dos outros. No primeiro caso, é evidente que há erro. Não pode existir, numa perspectiva de bem comum, alguém, que com o seu trabalho não ganhe o suficiente. Mas também não se pode admitir que acumule empregos, tirando a vez daquele que precisa, para ganhar mais do que o normalmente suficiente. Como explicar que uma pessoa se aposente e continue a trabalhar no mesmo setor ou em outro qualquer? Alguma coisa anda errada. Talvez seja a aposentadoria insuficiente, e aí está o erro, pois o aposentado também deve receber o suficiente para viver bem. Ou pode acontecer que a aposentadoria se efetuou muito cedo. E aí está outro erro. A pessoa deve se aposentar por limite de idade e não simplesmente por tempo de serviço. É comum vermos um exército de aposentados,

civis e militares, na faixa de quarenta aos cinquenta anos, que continuam a trabalhar como assalariados, ocupando lugares que deveriam ser preenchidos por jovens que chegam à maturidade e não têm onde trabalhar. Se esses assalariados, que se aposentaram, fossem trabalhar como agricultores, não haveria nenhum problema, pois além de produzirem para a nação, estariam fazendo um grande bem para si mesmos, pondo-se em comunhão com a terra.

Parece que entrou na mentalidade brasileira o princípio de que é melhor ser assalariado do que ser produtivo. Evidentemente, viver como assalariado, desde que seja um bom salário, é muito mais tranqüilo e menos comprometedor do que ser sujeito produtivo, que depende prioritariamente de si mesmo, incorrendo em inúmeros riscos. A causa deste desvio deve-se, em grande à própria política governamental, que não amparou aqueles que produzem e implantou o salário como base de manutenção social, como se o Brasil fosse um minúsculo país, castigado pela inclemência do rigor do inverno nórdico, cercado de montanhas cobertas de neve. Ora, o Brasil é um país ensolarado, onde se produz de tudo e em grande quantidade!...

E porque a maioria do povo vive do salário, as condições reais de vida são realmente precárias. Come-se mal. Não existem as mínimas condições de saúde, de higiene, de lazer, de educação, de moradia, apesar da existência do BNH, cuja finalidade é basicamente prover moradia para aqueles que não têm casa para morar. Mas o que acontece? Ao invés de financiar casas para os pobres, de uma maneira fácil e barata, entrega-se a maior fatia dos recursos para as construtoras. Estas abocanham a melhor parte através da revenda, obtendo grandes lucros e pagando muito mal a mão de obra operária. O dinheiro do BNH deveria ser, prioritariamente, canalizado para casas simples, mas boas, onde qualquer brasileiro pudesse sentir-se confortavelmente bem. Que sentido faz construir uma casa de luxo, ou um suntuoso bloco de apartamentos, quando, com o mesmo dinheiro, daria para construir inúmeras moradias para quem não tem onde morar?

A existência de assalariados pode ser considerada como um mal necessário de nossa civilização. Esse mal aumenta à medida em que há desproporção entre o que se recebe e aquilo que é necessário para ter o suficiente. Mas o que é ter o suficiente

para viver bem? Já abordamos rapidamente, em páginas anteriores, esse tema. Voltamos a ele para esclarecer melhor. Ter o suficiente varia de nação para nação. Tudo depende do desenvolvimento e das potencialidades de cada país, embora o ideal seria que todos os países estivessem mais ou menos nivelados, sem grandes desproporções. Como isto constitui uma utopia, sem previsão de concretização, fiquemos restritos a nossa realidade brasileira, que é de um país potencialmente rico. Em que consiste pois, ter o suficiente? O homem, através de seu trabalho, deve receber uma remuneração que lhe possibilite satisfazer as suas necessidades básicas, tais como alimentação, saúde, educação, lazer, moradia, locomoção. É exigência do bem comum que todos os brasileiros trabalhem e tenham essas condições de vida de uma maneira mais ou menos paritária. Não se trata de implantar o comunismo, mas sim de criar condições para que os desníveis existentes entre a população não persistam e não incrementem o fosso que separa uma minoria bem dotada, da maioria do povo, que não tem o suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas. Qualquer política administrativa deve ter por exigência fundamental promover o bem comum de seu povo. Tudo o que se fizer em dissonância com este princípio fundamental já caracteriza a administração pública como má.

A realidade brasileira, tendo como pano de fundo o "ter o suficiente" para o seu povo, é deplorável sob todos os aspectos: comida escassa, moradia insuficiente, com péssimas instalações higiênicas, carência de condições reais de educação, sem falar na saúde e no lazer (ver quadro I, V, IV, VII, VIII, X). A tudo isto atribuímos como causa a má administração pública, que estabeleceu diretrizes, nem criou condições para uma justiça comum. A improvisação foi uma constante em todos os governos que passaram na história, em todos os níveis, quer federal, estadual ou municipal. Imensos recursos foram dispendidos em obras perfeitamente ociosas ou monumentais, divorciadas das necessidades básicas do povo. O luxo e a imponência das obras públicas sugaram recursos, que deveriam ser canalizados para a promoção do homem. É simplesmente estarrecedor constatar a multiplicação dessas obras monumentais, mesmo nos municípios mais carentes do país. Uma política realmente desenvolvimentista deveria ter como

critérios básicos e saúde e a educação como complemento de uma política de trabalho e salário para todos. É totalmente impossível superar o estágio de subdesenvolvimento brasileiro sem atingir na raiz a saúde e a educação. Quando falamos em educação, de modo nenhum ficamos restritos à educação escolar, mas ampliamos o seu raio de ação durante toda a vida do cidadão, numa forma de educação permanente voltada para o trabalho e para a produção. Um povo permanentemente educado estará em condições de produzir de tudo. No momento em que o problema de fome for superado, já teremos dado um grande passo na consolidação da justiça comum.

2ª PARTE

O EMPREGO DA FORÇA PELA DEMOCRACIA

Na análise do artigo precedente, verificou-se que a administração pública, para se justificar, tem de estar voltada para o bem comum de sua população. Pergunta-se agora: se o administrador, de fato, possui um projeto administrativo que objetiva a promoção do bem comum, mas encontra dificuldades insuperáveis para concretizá-lo, dentro da lei vigente no país, poderia então recorrer à força coercitiva para implementá-lo? Tem o governo o direito de usar medidas, fisicamente violentas, quando de fato pretende implantar um governo justo, mas é obstaculado, quer por grupos privilegiados, que desejam se perpetuar como centros da nação, quer pela própria estrutura social do país, que viciou visceralmente?

Em princípio, pode-se responder afirmativamente, embora normalmente devem ser esgotados os meios legais que estão à disposição do governo. Acontece, porém, que, com frequência, os meios legais estão amarrados na própria estrutura social tirânica, dominada por grupos privilegiados. Trabalhar com estes instrumentos é condenar-se antecipadamente ao fracasso. Alterá-los é praticamente impossível, já que as pessoas que podem fazê-lo são aquelas mesmas que não desejam a transformação. Assim, o projeto de transformação da sociedade, objetivando o bem co-

num, permanecerá sendo apenas um grande projeto, sem nunca se concretizar.

Numa situação dessas, parece evidente que a força não só pode ser empregada, mas deve ser usada, dentro de certos limites, evidentemente.

Para a definição dos limites do emprego da força esbarra-se em inúmeras dificuldades. Antes de tudo, pergunta-se que tipos de força podem ser empregados? Força moral, força física, coerção? E como ficam, no caso, os assim ditos direitos humanos de ir e vir livremente, de fazer o que apraz? O governo tem o direito de determinar o tipo de trabalho para o seu povo? Poderia, por exemplo, compulsionar a maioria do povo a se dedicar à agricultura? E a liberdade, tão exaltada, onde fica?

Responde-se que a liberdade concreta do homem está situada no contexto social. E porque o homem necessita viver em sociedade, a sua liberdade deve estar enquadrada dentro da situação geográfica e social da nação. O que deve prevalecer acima de tudo numa nação é o bem comum da maioria do seu povo. Não se entende a política de um povo, onde cada um faça o que deseja. Pelo contrário, cada um deve desejar aquilo que favoreça ao bem de todos. O bem particular não pode subsistir em detrimento do bem da maioria. Se for possível harmonizar o bem particular com o bem comum de todos, melhor ainda. Mas se houver incompatibilidade, deve prevalecer o bem comum. Aliás, o bem comum, em última instância, vai reverter para o próprio bem pessoal, já que ninguém pode viver socialmente isolado, independente, fazendo o que quer e, ao mesmo tempo, usufruindo da dose de sacrifício e trabalho da maioria do povo. Seria um elemento desajustado.

Por outro lado, parece estranho falar do emprego da força numa democracia. Por democracia, em geral, se entende um governo dentro da lei, eleito pelo povo. Não se pretende, em absoluto, opor democracia à lei. Mas é freqüente constatar a existência de governos, ditos democráticos, que para o povo são verdadeiros tiranos, pois como tais mantêm a estrutura tirânica da nação. Pensamos que a democracia deva ser avaliada pelos seus efeitos. Se consegue promover o bem comum, o governo já está alcançando o objetivo da administração pública e, por isto mesmo,

deve ser considerado democrático. É claro que a conceituação de uma democracia não deve ficar restrito apenas a este aspecto. Mas acreditamos que, fundamentalmente, este é o principal. A efetivação do bem comum do povo é uma nota imprescindível para caracterizar uma administração como democrática.

Se, pois, o bem comum não pode ser alcançado, a não ser mediante o emprego da força, não vemos por que a democracia não pode se coadunar com a força. Ser democrático é empregar todos os meios em benefício do povo. Se em benefício desse povo é necessário quebrar violentamente certas estruturas, o governo não pode ser taxado de anti-democrático. Pelo contrário, é a democracia que se concretiza na história, em suas diversas manifestações, relativizada aos contextos sociais do povo, em que é encarnada. Como já dissemos, deve-se preferir a lei, pois a lei é ordeira, impessoal. Mas se a lei é privilegiadora de grupos, deve ser banida e substituída por outra. Se nesse processo a única alternativa é a força, o seu emprego não pode ser descartado.

A democracia deve prever medidas que a defendam e a concretizem. Não se trata, porém, de atribuir aos governantes poderes discricionários e arbitrários, pois cairíamos numa ditadura. Trata-se, contudo, de elaborar uma legislação, que permita aos governantes efetivar o projeto social, empregando as medidas necessárias, não descartando aquelas consideradas violentas, se preciso for.

Justificamos o emprego da força, para estabelecer a justiça comum, por diversas razões, que passamos a enumerar:

1. O povo brasileiro é dominado pela ideologia do capitalismo.

Essa ideologia penetrou tão profundamente na mentalidade da nação, que poucos percebem a real situação em que o país vive. Todos sentem as conseqüências da administração voltada para grupos dominantes. Mas poucos sabem detectá-la. Ora, essa ideologia se impregnou sorrrateiramente em todos os escalões da república, subvertendo o sentido da própria democracia, alienando o povo sobre os seus direitos, desvirtuando os objetivos a serem alcançados. A ideologia transformou a nação brasileira, com vocação naturalmente voltada para o cultivo da terra, para uma nação de assalariados da indústria, do comércio e das repartições

públicas. Inverteu os valores entre o produzir e o salário, fazendo com que a maioria do povo preferisse ser assalariado a ser uma pessoa produtiva. Assim, as cidades se superpovoaram, provocando a falência administrativa das mesmas. É patente a constatação ridícula, em que a nação, com uma área territorial vastíssima, se concentrou em pequeníssimas áreas, onde os moradores se sobrepuseram em caixotões de concreto e vidro.

Orientados por esta ideologia, os governantes dirigiram os atos administrativos de tal forma que sempre beneficiaram, em última instância, a classes minoritárias privilegiadas. E são precisamente estas classes que efetivamente detêm o poder. E pelo poder dominam a nação, através de leis, aparentemente democráticas, dos meios de comunicação, dos meios de produção e da própria educação. É evidente que um governante, por bem intencionado que esteja, jamais fará grandes modificações empregando a lei, já que esta é elaborada por aqueles que não desejam a transformação. Pro este motivo, acreditamos que um governo democrático que objetiva o bem comum, tem de ser um governo forte, empregando, se for o caso, a própria força, para fragmentar a ideologia dominante.

2. Outro motivo que vem a justificar o emprego da força pelo governo democrático, é porque o povo não tem consciência da própria situação aviltante em que vive. As revoluções são produzidas por grupos minoritários, conscientes e atuantes. Só depois nasce a consciência de massa, se é possível falar de consciência numa massa. A implantação compulsória de um projeto, a princípio, certamente provocará revolta, mesmo nas classes exploradas, que constituem a maior parte da nação. Mas é necessário que se faça assim, senão jamais a estrutura social será transformada. No "status quo", o povo é iludido com panacéias e se contenta com migalhas, quando poderia participar das fatias do bolo econômico.

3. Mesmo que o povo adquirisse consciência da situação social injusta, não teria, contudo, meios de se emancipar da exploração estrutural. Tudo está concentrado nas mãos dos ricos, que são minoritários no contexto da nação. Ora, como o poder é um acessório da riqueza, segue que riqueza e poder estão sempre associados. Não somos contra a riqueza. Apenas pretendemos que todos

participem dela. Não é justo que apenas alguns dela se apoderem, a custa do trabalho da maioria. Não significa acabar com os ricos, para que todos sejam pobres. Pelo contrário, significa que todos tenham pelo menos o suficiente para viver bem.

Sem um projeto de bem comum, dirigido pelo poder público, jamais o povo conseguirá quebrar essa dicotomia entre uma classe minoritária privilegiada e a maioria explorada. A classe minoritária, embora dentro da lei, está cometendo uma violência. Compete, pois, à classe explorada reagir contra essa violência. E como ela não possui meios de contra-violência, compete ao poder público, que se diz representante da maioria da nação, empregar os meios adequados para implantar a justiça.

4. É dever do governo defender o direito do povo. Ora, todas as pessoas têm direito a uma vida digna, dentro da realidade social de cada país. Não se entende como um governo possa desconhecer as necessidades vitais de seu povo. A política, digna de tal pomposo nome, deve promover todos os homens, e não apenas alguns. Contra tudo o que impede a realização do bem comum, o povo deve ter um campeão na defesa de seus direitos, que são aqueles que estão à testa da nação. Estes, se pretendem ter a legitimidade de representar o povo, também, em contrapartida, devem velar pelos direitos fundamentais deste mesmo povo. Seria uma falsidade dizer-se representar um povo e não lutar por ele, como sôí acontecer amiudadas vezes. O direito desse povo a uma vida digna deve ser perseguido por todos os meios. Entre estes, se preciso for, deve ser usada a própria força, mesmo compulsoriamente. Justificamos esta posição, visto que, com muita freqüência, não existe na massa um anseio comum. Aliás, na massa existem anseios vagos, impossíveis de serem concretizados, a não ser mediante um projeto e a sua execução. Os indivíduos, na massa, pensam no bem estar próprio. É preciso que alguém coordene estes anseios, mesmo que isto venha a ferir muitas pessoas na sua execução, desde que, no seu todo, venha a beneficiar a esse mesmo todo.

5. O povo, por si mesmo, não é capaz de coordenar as suas ações com vistas ao bem comum. Não pretendemos aqui nos ater às questões sociabilidade natural do homem, ou à sua natural agressividade e egoísmo. Afirmamos somente que, se não existir um diri-

gente, o povo como tal, é incapaz de alcançar objetivos comuns. Nesse caso, vencerá sempre a lei do mais forte ou do mais esperto. Em outras palavras, quando há um governo que não representa o povo, são os mais ricos que detêm, de fato, o poder e que concentram em suas mãos os meios de produção, com o suporte do sistema, que são os meios de comunicação e da educação. Assim, os ricos ditam as leis do mercado. Fazem de seus próprios objetivos os objetivos de todo o povo. E não apenas o fazem, mas fazem de tal modo que o próprio povo se convence de que esta é a realidade da nação. Sem um líder desse povo, vai acontecer que a política voltada para grupos se perpetuará, ou, que o povo cairá na anarquia, quando a situação se tornará insuportável. Não se pode condenar a existência do governo. Acreditamos na sua indispensabilidade, desde que se proponha a quebrar com as estruturas injustas da nação, mesmo apelando para a força, pois contra o poder da violência estrutural só é possível a violência do povo, organizado pelos seus representantes.

6. Freqüentemente se aponta que o motivo do subdesenvolvimento brasileiro é a educação do povo. Quando o povo brasileiro for bem educado, diz-se, o Brasil será uma das grandes nações do mundo. A educação, porém, pode ser comparada ao instrumento musical. Depende de quem o toca. Se for um artista, a música será boa. Do contrário, será má. Assim também a educação. Depende da política governamental. Se o governo interpretar os anseios do povo, a educação também será dirigida neste sentido. Se a interpretação, porém, representar apenas interesses de grupos a educação servirá a esses grupos. Além do mais, a educação nunca é um fato pronto, acabado. Está sempre por fazer-se. Cabe aqui um papel preponderante à educação permanente, que se concretiza em todos os minutos do dia. Por isso, o papel da educação deverá ocupar um lugar de destaque no projeto de transformação da sociedade. Se o governo pode dar impulso inicial a esse projeto, mesmo tendo a necessidade de recorrer à força, com o passar do tempo, a força tenderá naturalmente à inércia, cedendo lugar à educação do povo que, de modo ordenado prosseguirá a política de bem comum. Sem dúvida, é verdadeiro afirmar que não há país desenvolvido sem educação. Mas é preciso ressaltar que também não há educação sem consciência. No começo do processo transformador

da sociedade, certamente não há consciência por parte da maioria do povo e, por isso mesmo, nem educação. Tanto a consciência como a educação desabrocham e florescem no percurso do processo. Por isso, julgamos, que o governo tem o direito de recorrer à força para desencadear o processo que vise à promoção da maioria do povo e à implantação do bem comum. Acreditamos, porém, que seu emprego deva ser transitório, durando apenas o tempo suficiente para que o povo se conscientize de seus direitos e de seus deveres, harmonizados no sentido do bem comum. Quanto menos lei, mais autêntica e harmônica será a sociedade. A lei é apenas uma exigência da desarmonia social.

Na primeira parte deste trabalho, falamos da necessidade imperiosa de desurbanizar as cidades. A urbanização foi um erro da incúria política de nossos administradores. Jamais poderia ter acontecido um fato semelhante, em se falando de realidade brasileira. Mas o fato aí está. É preciso resolvê-lo. Uma das primeiras tarefas de um governo de bem-comum deverá ser um programa de "desurbanização". É imperioso que se diminua a oferta de mão de obra assalariada. É preciso aumentar significativamente o número das pessoas produtivas, que vivam diretamente do próprio trabalho. É evidente que, através dos meios normais, dificilmente serão alcançados os objetivos. Serão experiências e programas isolados, quase com certeza condenados aos fracassos paliativos, para justificar uma determinada emergência, nunca uma solução global. Essa exige determinação, coragem e força.

Por tudo o que foi exposto, conclui-se que há necessidade de um projeto de transformação social. Sem ele, é uma aventura quixotesca. Quando se fala em projeto, porém, cai-se logo na tentação dos modelos importados: marxismo e capitalismo. O segundo já impera em nosso meio há muito tempo, causando toda espécie de males, que reprovamos. O primeiro, se assemelha em muito ao segundo. Sem querer passar por simplista, pode-se afirmar que o comunismo se diferencia do capitalismo unicamente pelo dono. Enquanto no capitalismo os donos do poder são muitos, no comunismo, o dono se resume no estado. Os males parecem-nos semelhantes. É bem verdade que é preciso levar em consideração as realidades geográficas de cada nação em que se operou a experiência. Mas para a realidade brasileira, ambos não convêm. O ca-

pitalismo, porque já o experimentamos e o reprovamos. O comunismo, porque, nos parece, não se coaduna com a realidade brasileira. Além disso, achamos que o comunismo não convém ao Brasil, pelas experiências havidas em outros países, que se nos configuram negativas, principalmente em se falando de liberdade pessoal, democracia e iniciativa privada. Onde vigora o comunismo, existe uma espécie de ditadura, que nem sempre leva em consideração as reais necessidades do povo. Dissemos, em páginas anteriores, que numa organização política a liberdade individual deve estar orientada para o bem comum. Ora, não cremos que as experiências concretas do comunismo nos vários países, em que foi implantado, promovam prioritariamente o bem comum do povo.

Fugindo, portanto, dos modelos importados, julgamos que para a realidade brasileira deva surgir um projeto típico. Este projeto deverá estar fundamentado prioritariamente sobre uma política da terra, em harmonia com a vocação natural do povo no seu contexto geográfico. A agricultura deverá ocupar o lugar central da administração pública, como forma de prover as necessidades vitais da população. Isto, em absoluto, significa que se abandone o processo de industrialização. Mas este deve ser redirecionado, no sentido de ocupar o mínimo de mão de obra possível. Caso contrário, os salários serão sempre irrisórios, com as seqüelas nefastas que conhecemos. As comunidades rurais devem receber todos os incentivos possíveis por parte dos administradores, como forma de solucionar os graves problemas da exagerada urbanização. Se para implantar esta transformação for imprescindível o emprego da força, nem por isso o governo pode ser taxado de antidemocrático, desde que efetivamente promova o bem comum do povo.

Um governo só pode ser considerado democrático "post factum", isto é, se conseguir promover a justiça comum, se quebrar as estruturas hegemônicas, se der solução ao problema do trabalho e do salário, se promover a educação do povo. O governo que simplesmente se atém ao "status quo", que nada transforma, num país estruturalmente injusto, mesmo respeitando a constituição existente, não pode ser julgado como democrático. Na verdade, é um governo tirânico, porque beneficia uma minoria em detrimento da maioria da população. Só há democracia quando, de fato, se promover a transformação social, concretizando o bem comum.